

# DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E POBREZA NO BRASIL

## POBREZA NO BRASIL, NA DÉCADA DE 80: EVOLUÇÃO E DETERMINANTES

*Lauro Ramos\**

### 1 - Introdução

A interrupção do processo de rápida transformação que caracterizou a sociedade do Pós-Guerra até o final da década de 70 deixou mais patente a gravidade da questão social no País. As altas taxas de crescimento econômico que predominaram até a eclosão da crise da dívida no início dos anos 80 tornaram, até certo ponto, tolerável a convivência com os elevados níveis de pobreza absoluta — então decrescentes — e de desigualdade de renda que caracterizam a sociedade brasileira desde os seus primórdios.

A estagnação econômica que marcou os anos 80 — a chamada "década perdida" — e os primeiros anos da década de 90 teve impacto imediato sobre o quadro social do País, que testemunhou um fenômeno que alguns intitularam "metropolização da pobreza", ou seja, a forte concentração de pobres nas áreas metropolitanas do País.

Ganhou ainda maior relevância, nesse contexto, a elevada desigualdade que demonstra a má distribuição de renda no País. De fato, a estagnação econômica na última década só fez contribuir para realçar a estreita ligação entre desigualdade de renda e pobreza. Ainda que o Brasil possa ser considerado um país relativamente pobre, de forma que a prioridade para o social conduza à preocupação com o crescimento, não há dúvida de que a natureza estrutural da pobreza no País está ligada, pelo menos em parte, ao fenômeno da concentração de renda.

Os índices de Gini calculados a partir dos dados das Pesquisas Nacionais de Amostra por Domicílios (PNADs) mostram uma elevação de 0,57 para 0,63 entre 1981 e 1989,<sup>1</sup> indicando um inequívoco aumento na já elevada concentração de renda no Brasil. Enquanto os 10% mais ricos da população ampliaram sua fatia no produto global do País, passando de 46,6% em 1981 para 53,2% em 1989, os mais pobres percorreram o caminho inverso: os 50% situados na base da distribuição tiveram reduzida sua participação de 13,4% para 10,4% entre 1981 e 1989.

---

\* Pesquisador da Diretoria de Pesquisa (DIPES/IPEA) e Professor da Universidade de Santa Ursula — RJ.

<sup>1</sup> Há indicações, a partir dos dados mensais da PME, de que a desigualdade teria diminuído no período 1990-91, voltando a crescer posteriormente (URANI, 1993).

O que há de mais dramático nesses números é exatamente o fato de terem ocorrido em um período de estagnação econômica. Não há termos de comparação, por exemplo, com o aumento da desigualdade de renda entre 1960 e 1970, que levou à famosa controvérsia sobre a distribuição de renda, o qual ocorreu em um contexto de forte crescimento econômico, permitindo uma maciça mobilidade de trabalhadores para estratos de renda mais elevados. Ainda que pudesse ter sido adotada uma estratégia de crescimento acompanhada de maior equidade, não faz sentido considerar o aumento da desigualdade naquele contexto como piora de bem-estar. Infelizmente, essa relação é patente no caso dos anos recentes, posto que houve queda em termos reais na renda recebida pelas camadas mais pobres da população.

A observação da evolução de diversos indicadores sociais na década de 80 mostra, de forma até certo ponto surpreendente, que a expressão "década perdida", em termos sociais, deve ser relativizada. Vários indicadores — nível educacional, abastecimento de água, lixo coletado, iluminação elétrica, etc. — apresentaram melhoria, não raro expressiva, no período (EICHEMBERG, 1992). A explicação para esse fenômeno está, provavelmente, no efeito defasado no tempo de investimentos públicos realizados na década de 70 e no início dos anos 80. Como esses investimentos se reduziram consideravelmente ao longo da década de 80, a expectativa é de acentuação no processo de deterioração do quadro social no futuro próximo, reforçando a conveniência de um exame pormenorizado da questão da pobreza.

Nesses termos, as metas principais deste estudo consistem na mensuração da evolução da pobreza na década de 80, segundo os principais índices disponíveis na literatura, e na tentativa de caracterização de grupos onde a incidência de pobreza é mais crônica, e que deveriam, portanto, constituir os principais alvos de políticas destinadas à minoração dos efeitos perversos da pobreza. Mais especificamente, o trabalho mede a evolução da pobreza nas áreas urbanas do Brasil, com base na renda familiar *per capita* gerada a partir das PNADs, de 1981 a 1990, e procura identificar os seus principais focos através da mensuração da representação de diversos grupos sócio-econômicos em estratos progressivamente mais pobres da população.

## 2 - Metodologia

### 2.1 - Linhas de pobreza

A mensuração da pobreza envolve diversos aspectos, mas o passo fundamental é, sem dúvida, a identificação dos pobres. O conceito de pobreza está estreitamente ligado ao atendimento das necessidades mínimas para uma sobrevivência digna dos indivíduos. Embora aspectos de natureza subjetiva possam ser de muita importância para o bem-estar individual, uma postura pragmática acaba forçosamente por levar à caracterização da pobreza via estabelecimento de um valor que reflita os recursos monetários necessários à aquisição de um conjunto de bens e serviços básicos que assegurariam uma sobrevivência digna. As pessoas com renda abaixo desse valor — a linha de pobreza — seriam, então, consideradas pobres.

A determinação dessa linha de pobreza não é, todavia, um procedimento trivial.<sup>2</sup> Por uma mera questão de simplicidade, muitas vezes o salário mínimo, ou um múltiplo seu, é adotado para estabelecer a linha divisória entre pobres e não-pobres. Alguns estudos fazem uso de informações sobre hábitos alimentares e preços dos produtos para calcular o custo de uma cesta básica capaz de atender às necessidades nutricionais de um indivíduo, muitas vezes a nível regional — ver Thomas (1982); Fava (1984); e Rocha (1988), por exemplo. A utilização de coeficientes de Engel permite a incorporação indireta de outros bens e serviços à linha de pobreza assim derivada.

Alternativamente, vários autores (ROCHA, VILLELA, 1990; TOLOSA, 1978; CERVINI, BURGER, 1986) têm procurado incorporar à identificação dos pobres vários indicadores de privações específicas, que permitem a consideração de evidências diretas acerca da qualidade de vida dos indivíduos, ao invés das evidências indiretas fornecidas pela variável renda. A ausência de informações completas sobre os diversos tipos de privações que podem afetar a qualidade de vida individual compromete, todavia, a utilidade desses indicadores sintéticos para a correta identificação dos pobres.<sup>3</sup>

Por essas razões, privilegiaremos aqui duas abordagens para a linha de pobreza. Em um primeiro momento, tomaremos por base as linhas de pobreza obtidas por Rocha (1992) — ver a Tabela 1 —, que considera as diferenças de hábitos alimentares entre as regiões brasileiras para estabelecer uma cesta básica capaz de prover os requisitos nutricionais mínimos, associa um valor monetário a essa cesta a partir dos preços praticados em cada região e lança mão de coeficientes de Engel para incorporar as necessidades de outros bens e serviços.

Alternativamente, faremos uso de um contínuo de linhas de pobreza que varrem as faixas inferiores do espectro de renda (dos 10% aos 50% mais pobres, por exemplo).<sup>4</sup> Uma vantagem dessa abordagem é que ela permite verificar o comportamento do perfil dos pobres à medida que se expande a proporção mais pobre da população considerada. Alguns grupos (mulheres no setor serviços, por exemplo) podem ser muito relevantes nos estratos mais baixos, perdendo importância em universos maiores, ou **vice-versa**, o que permitiria a identificação de focos de pobreza mais intensa, ou mesmo de penúria absoluta, e focos de pobreza mais amena.

<sup>2</sup> Ver Rocha (1992, 1993), para uma discussão detalhada a respeito.

<sup>3</sup> Além disso, como veremos mais adiante, não basta caracterizar os pobres para tornar viável uma mensuração adequada da pobreza, e, em grande extensão, a inserção de indicadores de qualidade de vida na determinação da linha de pobreza acaba por dificultar a consideração de outros aspectos, tais como a intensidade e a heterogeneidade da pobreza.

<sup>4</sup> Isso corresponde a uma inversão da lógica usual: ao invés de fixar a linha de pobreza para determinar, entre outras coisas, a proporção de pobres, "fixamos" essa proporção endogeneizando a linha de pobreza (que, nessas condições, seria de pouco ou nenhum interesse).

Tabela 1

Linhas de pobreza para as áreas metropolitanas — 1981-1990

METRÓPOLES	1981	1983	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Belém .....	0,63	0,73	0,72	0,81	0,97	0,91	0,85	1,22
Fortaleza ....	0,59	0,56	0,52	0,49	0,59	0,54	0,51	0,72
Recife .....	0,60	0,60	0,662	0,54	0,68	0,65	0,62	0,93
Salvador .....	0,63	0,63	0,64	0,66	0,81	0,74	0,74	1,01
Belo Horizonte	0,52	0,61	0,63	0,58	0,70	0,67	0,65	0,96
Rio de Janeiro	0,58	0,68	0,74	0,62	0,77	0,76	0,75	1,11
São Paulo ....	0,68	0,83	0,79	0,77	0,99	0,94	0,90	1,29
Curitiba .....	0,43	0,54	0,53	0,48	0,59	0,57	0,57	0,77
Porto Alegre .	0,59	0,69	0,71	0,64	0,79	0,75	0,73	1,03

FORTE: ROCHA, S.(1992). Pobreza no Brasil: parâmetros básicos e resultados empíricos. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v.22, n.3, dez.

NOTA: Dados em múltiplos do maior salário mínimo do País.

## 2.2 - Mensuração da pobreza

Conhecidos os pobres, há várias dimensões da pobreza a considerar, desde a sua simples enumeração até a sua completa caracterização. Além de saber quantos pobres existem em uma determinada sociedade (ou, de forma equivalente, a parcela da população que se encontra abaixo da linha de pobreza), faz-se mister desenvolver uma noção da intensidade da pobreza (isto é, de como a renda média desse grupo se compara com a linha de pobreza) e de quão heterogeneamente a pobreza se distribui entre eles (ou seja, qual a desigualdade de renda entre os pobres), uma vez que é razoável admitir que as privações associadas à insuficiência de renda e ao atendimento inadequado das necessidades básicas se tornam relativamente mais severas quanto maiores forem essas carências.

Naturalmente, uma medida de pobreza será tão mais satisfatória quanto maior for sua capacidade de captar e refletir essa gama de questões. Uma análise detalhada a respeito dos índices disponíveis pode ser encontrada em Blackburn (1989). Por agora, é suficiente declinar que, no resto do trabalho, faremos uso de três índices bastante populares na literatura:  $P_0$  ou  $H$  — proporção de pobres na população —;  $P_1$  ou  $PG$  — hiato de pobreza, igual à proporção de pobres vezes a razão entre a sua renda média e a linha de pobreza ( $I$ )<sup>5</sup> e  $P_2$  — que reflete o número de pobres, a intensidade e a heterogeneidade da pobreza, conforme medida pelo coeficiente de variação das rendas dos pobres.

<sup>5</sup> Esse índice é interessante na medida em que, multiplicando-o pelo tamanho da população e pelo valor da linha de pobreza, se obtém a quantidade de recursos necessários para a erradicação da pobreza.

## 2.3 - Identificação de focos crônicos de pobreza

Um dos principais objetivos deste estudo é a identificação dos principais focos de pobreza no Brasil, ou seja, dos grupos sócio-econômicos que mais padecem de penúria e, portanto, mais contribuem para a pobreza total no País. Dado que os rendimentos do trabalho constituem a principal fonte de renda dos pobres, torna-se importante investigar em que medida o funcionamento do mercado de trabalho contribui para possibilitar a eles a obtenção do maior proveito possível de seu potencial em termos de transformação de sua capacidade de trabalho em salários e rendimentos. Além das características do mercado de trabalho, a pobreza é normalmente vinculada a uma série de atributos pessoais (notadamente do chefe da família e, talvez em menor escala, dos demais adultos). Dentre os fatores de cunho individual ou associados à natureza dos mercados de trabalho, vale citar: pequenas dotações de atributos produtivos (educação, experiência, etc.); imperfeições no funcionamento do mercado (tais como segmentações do mercado de trabalho associadas a um dualismo setor formal *versus* setor informal, por setores de atividade ou devido a diferenças no grau de dinamismo dos mercados regionais); além de barreiras que inviabilizam a igualdade de oportunidades de acesso ao mercado (como discriminação por gênero, cor ou credo).

A maneira pela qual nos propomos a identificar os focos de pobreza no Brasil é através de cortes que privilegiem a inspeção dos fenômenos supracitados no que tange à sua importância, ou contribuição, para o entendimento da pobreza. Para tanto, pretendemos calcular a razão de representação em cada estrato de renda, isto é, o quociente entre a representação naquele estrato e a representação na população como um todo, para os seguintes grupos: (a) educação (analfabetos, instrução primária, instrução secundária e superior); (b) idade (jovens, *prime-agee* e idosos); (c) gênero; (d) posição na ocupação (empregado com carteira, sem carteira, conta-própria ou empregador); (e) setores de atividade (indústria, comércio, construção civil, transportes, serviços, administração pública, agricultura, etc.); e (f) regiões (Sul, São Paulo, Leste, Sudeste, com exceção de São Paulo, Nordeste, Fronteira, Norte e Centro-Oeste).

Além de possibilitar a identificação de segmentos super-representados entre os pobres, esse tipo de análise, quando se considera um espectro de linhas de pobreza, permite a determinação de focos crônicos de pobreza, isto é, grupos que se encontram progressivamente representados em uma seqüência de cortes que contemplam uma intensidade cada vez maior da pobreza.

## 2.4 - Base de dados, unidade, universo e período de análise

Este trabalho fará uso da base de dados gerada pela Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, que vem sendo conduzida pelo IBGE desde meados dos anos 60. Ao longo desse período, a PNAD passou por diversas mudanças, tanto em termos de cobertura geográfica quanto no que se refere à natureza da informação levantada, mas vem mantendo sua concepção e forma em grande parte inalteradas desde 1976. Particularmente, durante os anos 80 a pesquisa não sofreu maiores alterações (a não ser nas frações amostrais e, conseqüentemente, no número de domicílios e pessoas efetivamente entrevistadas), sendo que o conjunto de informações levantadas a cada ano é perfeitamente comparável.

A PNAD contém informações de excelente qualidade tanto a nível de domicílio — localização, estrutura e condições do domicílio em geral — quanto a nível individual, incluindo dados sobre renda, atributos pessoais e tipo de inserção no mercado de trabalho. Desse modo, torna-se viável desenvolver a análise interligando os dois tipos de informação, gerando variáveis vitais, como a renda familiar *per capita*,<sup>6</sup> e lançando mão de dados individuais, como idade, educação, gênero, etc., que permitem a caracterização do perfil dos pobres e a partição da população nos grupos sócio-econômicos de interesse.

A pesquisa será realizada para o período compreendido entre 1981 e 1990, cobrindo toda a área urbana do País.<sup>7</sup> A unidade de análise será basicamente a família, dadas suas características de unidade solidária de consumo e rendimento e seu caráter eminentemente distributivo, embora os índices de pobreza sejam avaliados a nível de indivíduo.<sup>8</sup>

### 3 - Resultados

#### 3.1 - Evolução da pobreza

Na Tabela 2 e no Gráfico 1 são apresentados os valores para diversos indicadores de pobreza ao longo da década de 80. Como pode ser facilmente depreendido de sua inspeção, houve um aumento generalizado da pobreza, corroborado por todos os índices, durante a recessão aguda do início da década, de tal sorte que, em 1983, os indicadores apresentavam valores substancialmente acima daqueles observados para 1981 (as elevações em **H**, **PG** e **P<sub>2</sub>** foram iguais a 25%, 28% e 30% respectivamente). A seguir, observa-se uma marcante tendência de declínio nessas estimativas até 1986: a proporção de pobres, por exemplo, caiu de 41,7% em 1983 para 24,0% em 1986, enquanto **PG** e **P<sub>2</sub>** apresentaram comportamentos similares (foram reduzidos à cerca da metade). No final da década, os índices apontam no sentido de um ligeiro aumento da pobreza, com a observância de estabilidade entre 1989 e 1990. Cumpre destacar que, a menos de **I**, esses indicadores evidenciam uma pequena redução (pouco abaixo de 10%) da pobreza ao longo dos anos 80, o que contraria a noção vigente de que teria havido uma acentuada deterioração nesse quadro durante a chamada "década perdida".<sup>9</sup>

<sup>6</sup> A renda familiar *per capita* será entendida aqui simplesmente como a soma das rendas de todas as fontes de todos os membros da família dividida pelo respectivo número de membros, independentemente de suas idades. Não serão considerados, portanto, aspectos ligados à "equivalência de escala".

<sup>7</sup> As áreas rurais foram excluídas da análise por diversos motivos, entre os quais estão o fato de que a qualidade da informação da PNAD para essas áreas é bastante inferior às demais, as características da pobreza rural são bastante distintas e há ausência de estudos que possam fornecer algo passível de ser adotado como linha de pobreza nessas regiões. Como linha de pobreza para as áreas não metropolitanas, adotamos o valor equivalente a 80% da metrópole de referência.

<sup>8</sup> Isto é, quando nos referirmos à proporção de pobres, por exemplo, estaremos aludindo ao número de pessoas abaixo da linha de pobreza, e não ao número de famílias nessa condição. Isso é equivalente, *grossomodo*, a utilizar as famílias como unidades de referência, mas ponderadas por seu tamanho.

<sup>9</sup> Duas observações fazem-se necessárias a esse respeito: (a) o fenômeno da metropolização da pobreza contribuiu para torná-la mais visível e (b) a acuidade das linhas de pobreza tende a diminuir na medida em que elas se referem a anos mais distantes da realização do Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF). Em todo caso, vale citar que conclusão similar foi encontrada em Rocha (1992).

Tabela 2 Indicadores da evolução temporal da pobreza no Brasil — 1981-1990

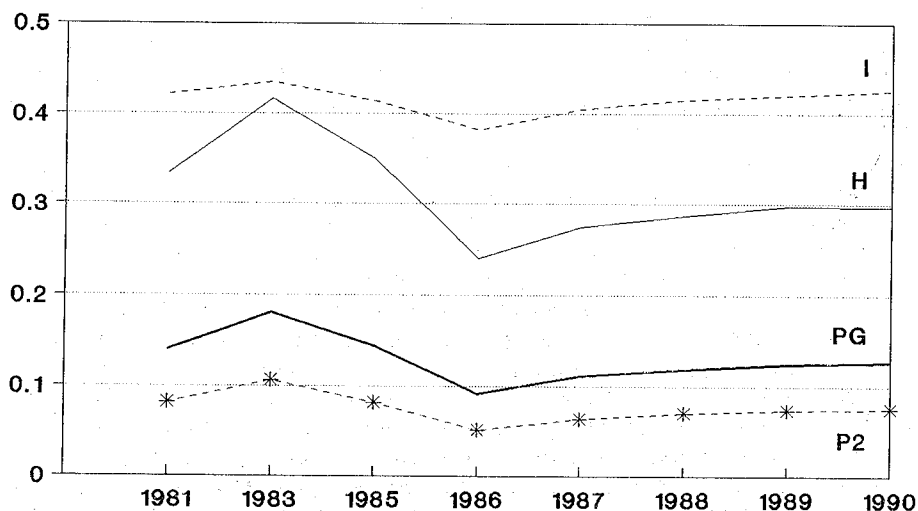
ANOS	H	PG	$p_2$	I
1981	0,334	0,141	0,082	0,422
1983	0,417	0,181	0,107	0,435
1985	0,350	0,145	0,082	0,414
1986	0,240	0,092	0,051	0,362
1987	0,275	0,112	0,064	0,405
1988	0,287	0,119	0,070	0,416
1989	0,298	0,125	0,074	0,421
1990	0,297	0,127	0,075	0,426
$\mu$ (1)	0,312	0,130	0,076	0,413
$\mu/\sigma$ (2)	0,174	0,202	0,214	0,054

NOTA: Dados elaborados pelo autor.

(1) $\mu$  = média. (2) $\sigma$  = desvio padrão.

## GRÁFICO 1

ÍNDICES DE POBREZA NO BRASIL — 1981-1990



As duas últimas linhas da Tabela 2 mostram, respectivamente, a média de cada indicador e o seu coeficiente de variação no período. Desse modo, fica patente que o índice **I**, que está associado à insuficiência de renda dos pobres, se manteve bastante estável nesse intervalo, pouco oscilando em torno de seu valor médio de 0,413 (com a grande exceção do ano de 1986, quando desceu a 0,362). Ou seja, apesar das grandes variações observadas no cenário econômico na década anterior, a "pobreza média" dos pobres pouco foi afetada.

O mesmo não pode ser dito, contudo, a respeito dos demais indicadores da Tabela 2. As oscilações mais marcantes observadas na proporção de pobres traduzem-se em um coeficiente de variação igual a 0,174 para o índice **H**, elevando-se para 0,202 no caso do hiato de pobreza (**PG**) e atingindo 0,214 no caso de **P<sub>2</sub>**. Desse modo, parece lícito concluir que os efeitos do desempenho da economia sobre a pobreza podem se fazer sentir de forma tão mais intensa quanto mais abrangente for o conceito de pobreza empregado. No caso em questão, como pode ser visto na Tabela 2, com exceção de 1990, aumentos (reduções) na proporção de pobres foram sempre acompanhados por iguais movimentos, embora em escala muito menor, na intensidade da pobreza, o que se reflete diretamente em uma maior variabilidade do hiato de pobreza. A mesma observação pode ser feita a respeito dos índices **H** e **P<sub>2</sub>**, o que vem revelar o fato de que, em períodos de elevação da pobreza, os impactos mais intensos ocorreram justamente entre os indivíduos (famílias) mais pobres, de tal sorte que a desigualdade entre os pobres aumentou, o inverso ocorrendo em fases de redução da pobreza.

### 3.2 - Caracterização da subpopulação pobre

Nesta seção, procuraremos caracterizar, por intermédio dos atributos associados aos chefes de família, os grupos onde a incidência de pobreza é mais aguda. Para tanto, inverteremos, em certo sentido, a lógica de mensuração da pobreza utilizada até aqui, qual seja a de calcular os diversos índices a partir de uma dada linha de pobreza. Vale lembrar, um dos índices obtidos a partir da fixação de uma linha de pobreza é a proporção de pobres. Como, todavia, essa linha de pobreza é, forçosamente, imprecisa, a caracterização de quem é pobre e, conseqüentemente, a avaliação da proporção de pobres e da intensidade da pobreza ficam comprometidas. Uma maneira de evitar esses problemas é, por assim dizer, "internalizar" a linha de pobreza; isto é, calcular os diversos índices, assim como a composição do contingente de pobres, para um *continuum* de rendas, de modo a varrer o espectro distributivo: "fixa-se" a proporção de pobres em diferentes níveis (5%, 10%, ..., 30%, ...), e, para cada um deles, obtêm-se as medidas procuradas. Nesta seção, privilegiaremos a caracterização do perfil da pobreza, através da avaliação da composição do contingente de pobres segundo diferentes cortes sócio-econômicos (mais precisamente gênero, educação, idade, região geográfica e posição na ocupação do chefe da família).

A Tabela 3 apresenta a composição das famílias brasileiras em 1989, de acordo com as características e/ou atributos de seus respectivos chefes, assim como a do grupo de pobres segundo a linha de pobreza definida para aquele ano. Podemos depreender de sua leitura que, por exemplo, no Nordeste, as famílias chefiadas por mulheres, por pessoas sem instrução, por jovens e por trabalhadores sem carteira de trabalho estão super-representadas entre os pobres (isto é, a participação dessas famílias na subpopulação pobre é maior do que na população como um todo). De maneira análoga, as famílias cujos chefes são do sexo masculino, que têm maior grau



de instrução, que estão no Sul ou em São Paulo e/ou que são empregadores estão nitidamente sub-representadas nesse grupo. Por fim, as famílias que têm chefes com instrução intermediária, que estão na sua *prime-age*, no Leste ou na Fronteira, assim como aquelas em que os chefes possuem carteira assinada ou são trabalhadores por conta própria apresentam uma representação entre os pobres bastante parecida com sua participação na população como um todo.

Tabela 3

## Características das famílias brasileiras — 1989

	(%)	
CARACTERÍSTICAS DO CHEFE DE FAMÍLIA	TOTAL	POBRES
Sexo		
Homem .....	77,5	69,3
Mulher .....	22,5	30,7
Educação		
Sem instrução .....	17,3	33,8
Instrução primária .....	37,8	41,7
Instrução ginásial .....	21,8	19,0
Instrução secundária ...	13,6	5,0
Instrução superior .....	9,5	0,5
Idade		
Menos de 25 anos .....	9,6	13,7
Entre 25 e 50 anos .....	57,1	56,4
Mais de 50 anos .....	33,2	29,9
Posição na ocupação		
Não remunerados .....	23,1	33,2
Com carteira .....	42,3	29,9
Sem carteira .....	10,6	18,3
Conta-própria .....	18,1	17,8
Conta-própria .....	5,9	0,9
Regiões		
São Paulo .....	28,8	12,2
Leste .....	25,0	24,6
Sul .....	15,0	11,5
Nordeste .....	20,5	40,2
Fronteira .....	10,8	11,5

NOTA: Dados elaborados pelo autor.

Apesar de possibilitar uma primeira identificação dos grupos que são mais afetados pela pobreza, a Tabela 3 dá-nos apenas um retrato bastante parcial desse particular. Isso se deve basicamente a dois motivos: primeiro, como já mencionado, não necessariamente a linha de pobreza reflete adequadamente quem é pobre ou não; segundo, porque a composição pode variar consideravelmente ao se considerarem distintos estratos de renda, de forma que um grupo que não se destaca entre os 30% mais pobres pode ter um papel relevante entre aqueles que estão mais próximos à cauda inferior da distribuição da renda familiar *per capita*. Assim, é interessante examinar como essa composição varia ao longo do espectro distributivo. Para melhor descrever os frutos desse tipo de inspeção, os Gráficos 1, 2, 3, 4, 5 e 6 retratam a composição por decil, através da razão de representação de cada grupo na distribuição do decil de referência, sendo que essa representação nada mais é do que a razão entre o percentual de cada grupo no estrato em questão e o seu respectivo percentual na população como um todo.

## GRÁFICO 2

### FREQÜÊNCIA DE FAMÍLIAS NA POPULAÇÃO TOTAL, SEGUNDO O SEXO DO CHEFE, NO BRASIL — 1989

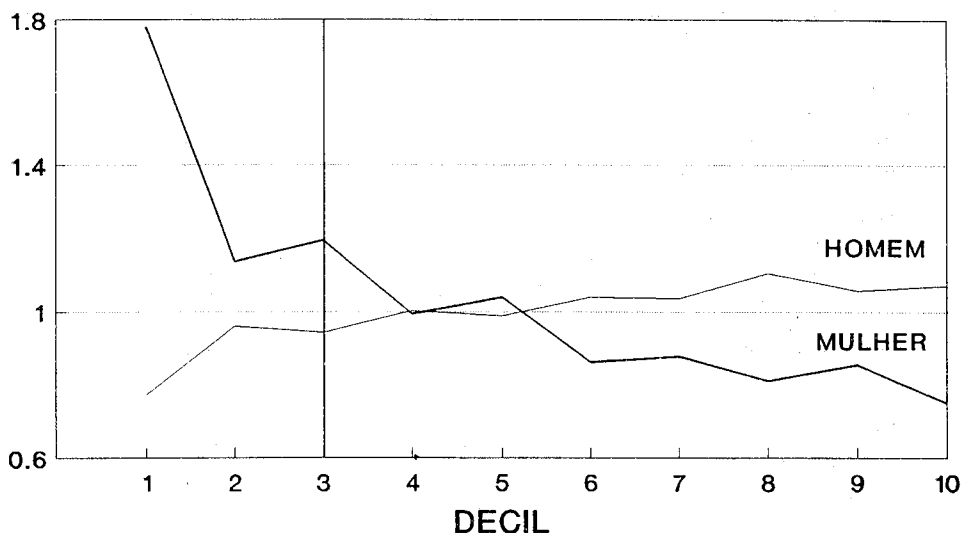


GRÁFICO 3

FREQÜÊNCIA DE FAMÍLIAS NA POPULAÇÃO TOTAL, SEGUNDO A REGIÃO, NO BRASIL — 1989

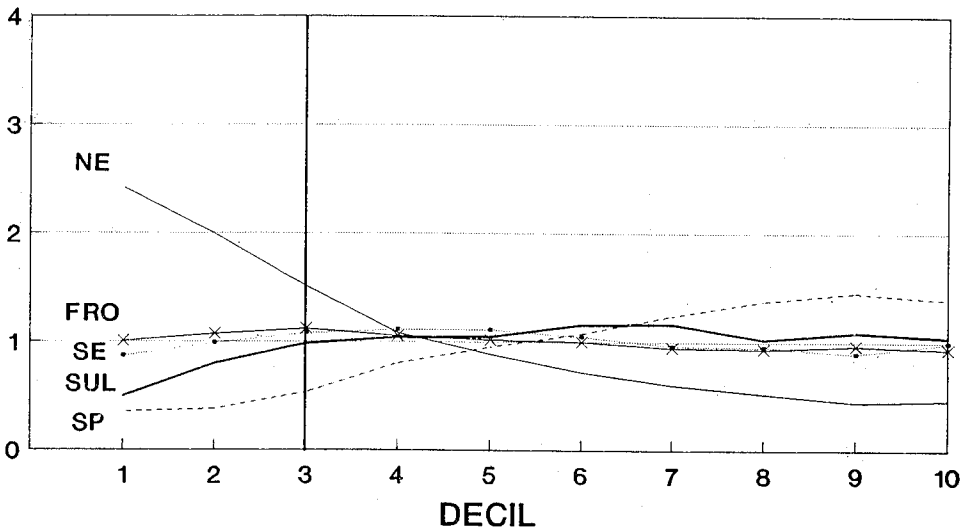


GRÁFICO 4

FREQÜÊNCIA DE FAMÍLIAS NA POPULAÇÃO TOTAL, SEGUNDO A EDUCAÇÃO DO CHEFE, NO BRASIL — 1989

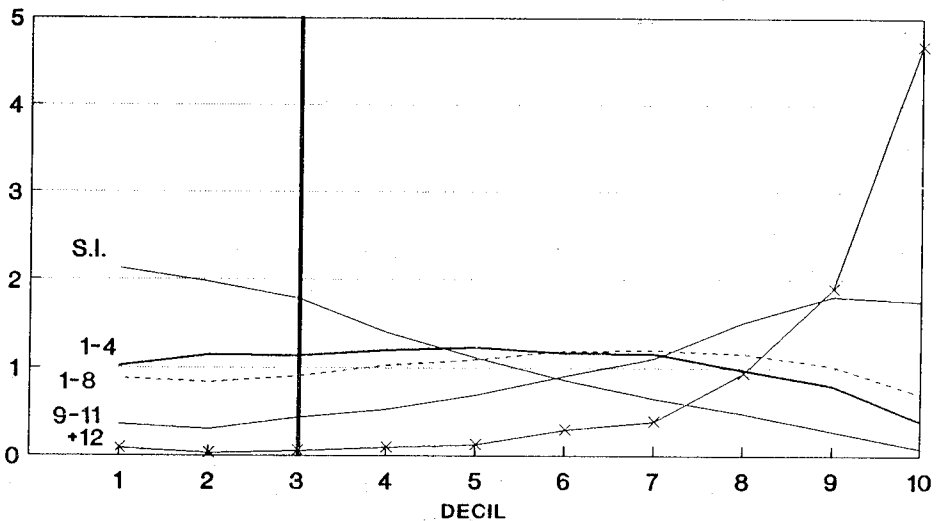


GRÁFICO 5

FREQÜÊNCIA DE FAMÍLIAS NA POPULAÇÃO TOTAL, SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO DO CHEFE, NO BRASIL — 1989

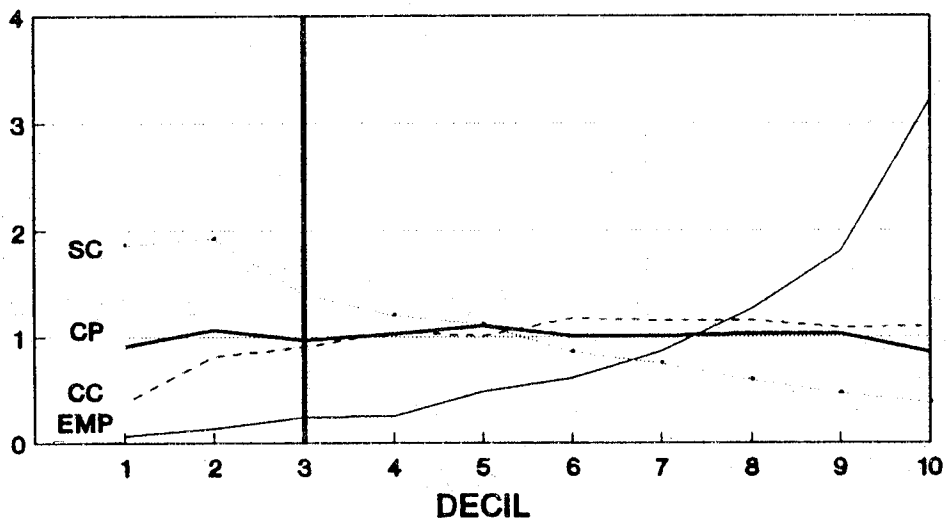
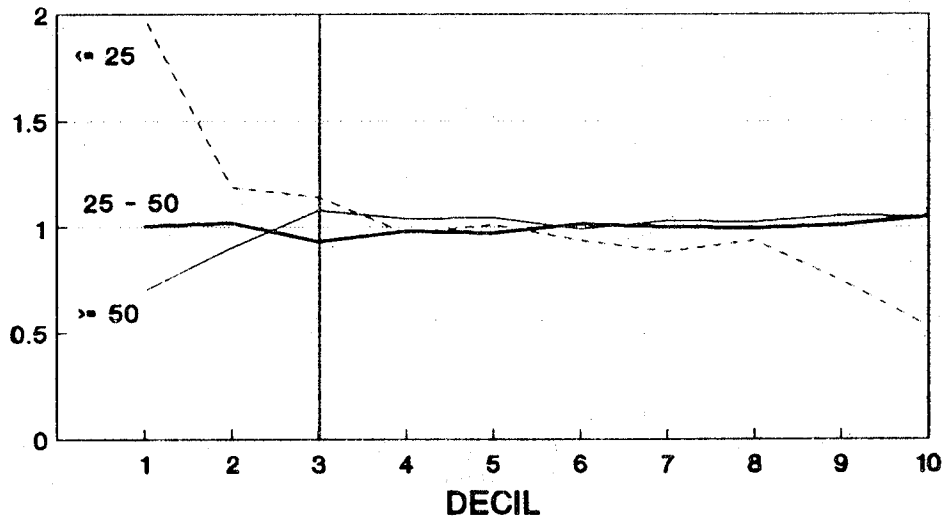


GRÁFICO 6

FREQÜÊNCIA DE FAMÍLIAS NA POPULAÇÃO TOTAL, SEGUNDO A IDADE DO CHEFE, NO BRASIL — 1989



Observando a composição dos décimos inferiores da distribuição, podemos constatar a existência de focos crônicos de pobreza, ou seja, de grupos que além de estarem super-representados entre os 30% de pobres definidos anteriormente, apresentam uma razão de representação que cresce à medida que nos restringimos a contingentes cada vez mais pobres. A começar pelo sexo do chefe da família, temos que a super-representação das famílias chefiadas por mulheres aumenta substancialmente quando consideramos grupos mais pobres, passando de cerca de 1,2 entre os três décimos inferiores para 1,8 no primeiro décimo. Situação similar ocorre com as famílias chefiadas por pessoas sem instrução formal (cerca de duas vezes mais freqüentes no primeiro décimo do que na média), famílias chefiadas por pessoas com menos de 25 anos (2), que têm como chefe trabalhadores assalariados sem carteira (1,9) e aquelas que se encontram na Região Nordeste (2,3). Esses seriam, portanto, os focos de extrema penúria no Brasil.

Situação oposta verifica-se com as famílias chefiadas por homens, por pessoas com maior instrução, empregados com carteira e empregadores, que se encontram super-representadas nas camadas mais abastadas. Famílias chefiadas por pessoas com mais de 25 anos e por trabalhadores por conta-própria estão distribuídas de forma praticamente neutra entre os diversos estratos.

### 3.3 - Indicadores de pobreza por estratos de renda

A Tabela 4 e os Gráficos 7 e 8 retratam o comportamento de alguns índices de pobreza para o ano de 1989, quando são considerados diferentes trechos da cauda inferior da distribuição como referência. De modo geral, esses índices, sem constituir surpresa, crescem com a ampliação do contingente de "pobres" a que se referem,<sup>10</sup> revelando a elevação na heterogeneidade desses indivíduos e no hiato de pobreza (implicitamente a linha de pobreza está sendo elevada).

A última coluna da Tabela 4 e o Gráfico 8 mostram o índice que reflete o percentual da renda total que teria que ser de alguma forma transferido para os pobres, para alçar a renda de todas as pessoas na cauda inferior a um determinado patamar (o maior do primeiro décimo, do segundo, ... , e assim por diante). Assim, se fossem considerados pobres apenas os indivíduos do décimo inferior, seria necessário implementar transferências de rendas num montante equivalente a 0,5% da renda total<sup>11</sup> para que todos eles experimentassem ganhos na medida exata, para atingir a renda equivalente à maior renda desse primeiro décimo.

<sup>10</sup> A única exceção diz respeito à queda quando da passagem do primeiro para o segundo décimo (de 0,419 para 0,413), que sugere uma quantidade elevada de indivíduos bastante pobres no extremo inferior do espectro de renda.

<sup>11</sup> No caso da PNAD, a variável renda total é formada quase que em sua totalidade pelos rendimentos do trabalho mais pensões e aposentadorias, isto é, reflete basicamente a renda do trabalho presente e passado.

Tabela 4

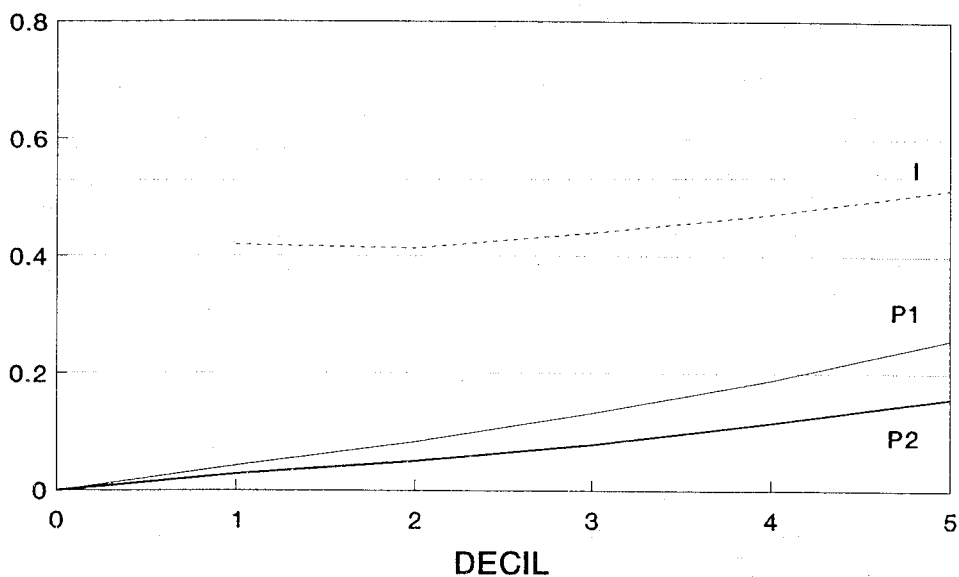
Indicadores de pobreza, por décimo, no Brasil — 1989

DÉCIMO	PG	P <sub>2</sub>	I	PE
1º	0,042	0,028	0,419	0,005
2º	0,083	0,050	0,413	0,015
3º	0,132	0,079	0,439	0,035
4º	0,188	0,117	0,471	0,067
5º	0,257	0,157	0,514	0,112

NOTA: Dados elaborados pelo autor.

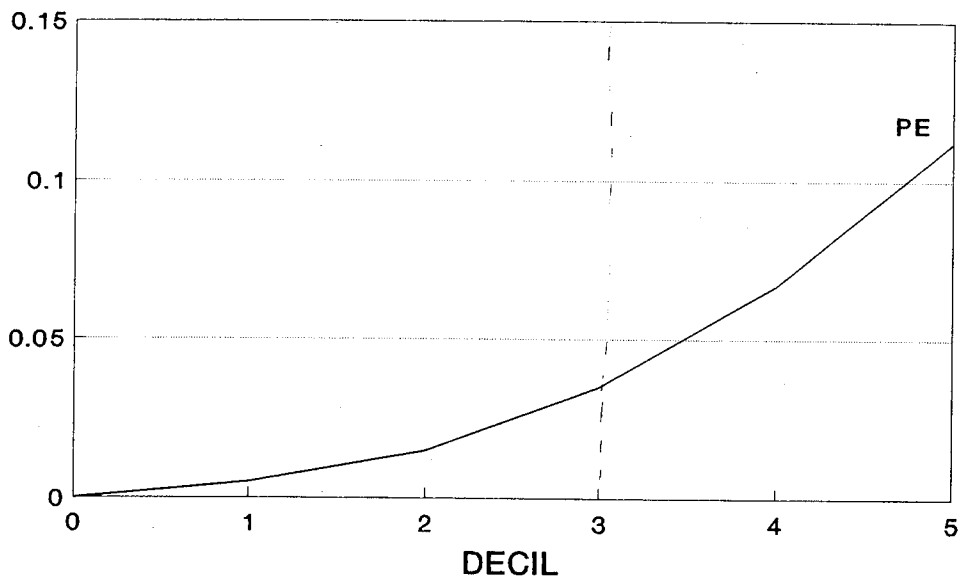
## GRÁFICO 7

## ÍNDICES DE POBREZA NO BRASIL — 1989



## GRÁFICO 8

## RECURSOS PARA A ELIMINAÇÃO DA POBREZA NO BRASIL — 1989



No caso de considerarmos como pobres os três décimos inferiores, conforme sugerido pelo índice *H* obtido na seção 3.1,<sup>12</sup> seriam necessários cerca de 3,5% da renda do trabalho. *Grosso modo*, admitindo que a fração da renda total apropriada pelo fator seja próxima a um terço, isso equivale a algo em torno de 1% a 1,5% do PIB. Alternativamente, e de forma mais precisa, podemos dizer que a geração de tal volume de recursos requereria uma taxa média de 3,7% da renda do trabalho dos não-pobres, ou, ainda, a uma taxa de 4,6% sobre o excedente da renda familiar em relação ao produto da linha de pobreza pelo número de membros da família.

<sup>12</sup> Cumpre lembrar, todavia, que os indivíduos aqui considerados não são exatamente aqueles indicados pobres pela mensuração levada a cabo na seção 3.1, haja vista que as linhas de pobreza lá consideradas variam conforme a região, enquanto aqui estamos trabalhando com as informações agregadas a nível de país.

## 4 - Resumo e conclusões

Os resultados descortinados neste estudo revelam, de forma até certo ponto surpreendente, que não houve uma deterioração acentuada no quadro de pobreza no País, durante a década de 80, como parece ser a crença generalizada em praticamente todas as esferas da sociedade. Pelo contrário, os principais indicadores apontam uma ligeira redução no contingente de pobres enquanto fração da população (índice H da Tabela 2), aliada a uma estabilidade da intensidade média da pobreza (índice I da mesma tabela).

Houve, por outro lado, um acirramento da desigualdade, ou seja, das diferenças, entre os pobres, o que permite especular (pois isso não é medido diretamente no trabalho) que tenha havido uma expansão do contingente de miseráveis. Tal observação permite, ao menos em parte, reconciliar a visível impressão de agravamento das condições dos mais pobres, notadamente nas grandes metrópoles, com a indicação de redução da proporção de pobres segundo uma noção mais abrangente de pobreza. Ou seja, apesar de ter havido alguns progressos em termos de diminuição da pobreza, o mesmo não pode ser afirmado a respeito da pobreza mais extremada, ou miserabilidade.

Em um plano paralelo, foi possível verificar que as famílias chefiadas por mulheres, por pessoas com instrução primária ou sem instrução formal, por indivíduos com menos de 25 anos, por trabalhadores não remunerados e sem carteira de trabalho e na região Nordeste estão super-representadas entre os pobres. Mais importante, esses grupos, com exceção das famílias cujos chefes têm instrução primária, tendem a se tornar progressivamente mais presentes e importantes, na medida em que se aproxime a análise às camadas cada vez mais pobres da população, o que permite caracterizá-los como focos crônicos de incidência de pobreza e candidatos potenciais a servir como "alvos" de políticas que almejem a redução da pobreza e seus efeitos indesejáveis sobre o bem-estar social.

Por fim, um exercício simples revelou que os recursos necessários para elevar a renda familiar *per capita* de todas as famílias pobres ao valor equivalente à linha de pobreza, e, por conseguinte, eliminá-la, correspondem a uma porcentagem da renda total do trabalho igual a apenas 3,5%, ou, de forma aproximada, a algo entre 1% e 1,5% do PIB. Embora não se pretenda ignorar aqui as óbvias dificuldades de ordem política para a implementação de esquemas de tributação que viabilizem transferências nesse montante, não se pode, da mesma forma, negar que o volume de recursos parece muito menor do que aquilo que normalmente se imagina viesse a ser o caso.

Para finalizar, vale enfatizar uma vez mais que privilegiamos aqui o tratamento da pobreza enquanto insuficiência de renda. Um tratamento mais rico e adequado da questão teria, necessariamente, que considerar aspectos de acesso à infra-estrutura de serviços básicos, para os quais nem sempre há mercado, e, por isso, são supridos pelo Estado. Nesse sentido, baixos níveis de investimentos sociais repercutirão, mais cedo ou mais tarde, em agravamento da pobreza. Faz-se mister, portanto, retomar investimentos nessas áreas, sob pena de que a presente década, esta sim, venha a ser merecedora do rótulo de "década perdida" em termos de pobreza e de bem-estar.



## Bibliografia

- ATKINSON, A. B. (1987). On the measure of poverty. *Econometrica*, v.55, n.4, jul.
- BLACKBURN, M. (1989). Poverty measurement: an index related to theil measure of inequality. *Journal of Business & Economic Statistics*, v.7, n.4, oct.
- CERVINI, R., BURGER, F. (1986). **Diferenças espaciais da qualidade de vida no Brasil**. Brasília: IPEA/UNICEF.
- EICHEMBERG, L. C. (1992). **O que mostram os indicadores da década perdida?** Brasília: IPEA. (Texto para discussão, n.274)
- FAVA, V. L. (1984). **Urbanização, custo de vida e pobreza no Brasil**. São Paulo: USP/IPE.
- FOSTER, J. E., GREER, J., TORBECKE, E. (1984). Notes and comments: a class of composable poverty measures. *Econometrica*, v.52, n.3, may.
- FOSTER, J. E., SHORROCKS, A. F. (1988). Notes and comments: poverty orderings. *Econometrica*, v.56, n.1, jan.
- KAKWANI, N. (1979). **Issues in measurement of poverty**. Ontario. Queen's University/Institute for Economic Research. (Discussion paper, 330).
- KAKWANI, N. (1980). On class of poverty measures. *Econometrica*, v.48, n.2, mar.
- KAKWANI, N. (1990). **Poverty and economic growth: with application to Côte d'Avoire**. Washington, D. C.: World Bank. (LSMS working Paper, 63).
- LARRAÑAGA, O. (1993). **Poverty, growth and inequality: Chile after adjustment**. Santiago do Chile: ILADS. (mimeo)
- RAVALLION, M. (1992). **Poverty comparisons: a guide to concepts and methods**. Washington, D. C.: World Bank (LSMS working Paper, 88).
- RAVALLION, M., DATT, G. (1991). **Growth and redistribution components of changes in poverty measures: a decomposition with application to Brazil and India in 1980s**. Washington, D. C.: World Bank (LSMS Working Paper, 83).
- ROCHA, S. (1992). **Pobreza no Brasil: parâmetros básicos e resultados empíricos**. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, dez
- ROCHA, S. (1988). **Linhas de pobreza para regiões metropolitanas na primeira metade da década de 80**. Belo Horizonte: ANPEC.
- ROCHA, S. (1993). **Linhas de Pobreza: alternativas metodológicas a partir de estruturas de consumo observadas**. *Planejamento e Políticas Públicas*, v.1, n.9, mar.
- ROCHA, S., VILLELA, R. (1990). **Caracterização da população pobre metropolitana nos anos 80: resultados de uma análise multivariada**. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v.44, n.1.
- SEN, A. (1976). Poverty: an original approach to measurement. *Econometrica*, v.44, n.2, mar.
- THOMAS, V. (1982). **Differences in income, nutrition and poverty within Brazil**. Washington, D. C.: World Bank (Staff Working Paper, 505).

- TOLOSA, H. (1978). Causes of urban poverty in Brazil. **World Development**, v.6, n.9/10.
- URANI, A. (1993). Mercado de trabalho e distribuição de renda durante o Governo Collor. In: IPEA. **Perspectivas da Economia Brasileira - 1994**. Rio de Janeiro.
- WATTS, H. W. (1968). An economic definition of poverty. In: MOYNHAN, D. P., ed. **On understanding poverty**. New York: Basic Books, p. 316-329.